

Capitalismo, desenvolvimento e democracia

ADAM PRZEWORSKI

Introdução

Uma característica persistente do pensamento de Bresser-Pereira é que ele nunca perde de vista as questões primordiais, mesmo quando analisa acontecimentos históricos concretos. No texto “*Why did democracy become the preferred form of government only in the twentieth century?*”,¹ Bresser argumenta que a democracia surgiu historicamente apenas quando e onde se consolidou o capitalismo. Além disso, ele encara esse desenvolvimento como historicamente necessário e como racional, tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores.

O problema com essa análise é que ela oferece somente condições necessárias, mas não suficientes. Desse modo, embora ofereça uma explicação sugestiva, tem pouco poder de previsão. Ao afirmar a necessidade

¹ Bresser-Pereira, 2002.

histórica e a racionalidade coletiva, Bresser torna essa relação inevitável. O exame do registro histórico, no entanto, mostra que ela é muito mais contingente. Embora o capitalismo torne a democracia possível, não a torna necessária. Basta observar que uma democracia duradoura surgiu na Índia em 1947, quando esse país tinha uma renda *per capita* de U\$556,² enquanto a ditadura sobreviveu em Cingapura quando a renda desse país era de U\$18.300. Os níveis de desenvolvimento sob os quais a democracia surgiu em diferentes países variaram enormemente, e em vários países o avanço da democracia sofreu longas reversões, apesar do continuado desenvolvimento capitalista. A ditadura é tão compatível com o capitalismo quanto a democracia. Portanto, a relação entre desenvolvimento do capitalismo e democracia exige uma análise de contingências históricas concretas. Não pode ser deduzida a partir de premissas. A história não tem lógica, apenas contingências padronizadas, e o papel da análise histórica é identificar tais padrões.

Para esclarecer as questões envolvidas, é melhor começar com Marx. Embora a análise do capitalismo feita por Bresser acompanhe a de Marx no volume III de *O capital*, ele ignora a análise política de Marx dos acontecimentos ocorridos na França entre 1848 e 1851, e é nesse ponto que Marx explicita suas visões da relação entre capitalismo e democracia. Entretanto, como argumentei há muito tempo,³ Marx estava errado quando afirmou que democracia e capitalismo não podem coexistir. Mas ele, na verdade, ofereceu uma estrutura para a análise das contingências envolvidas nessa relação. Essas questões teóricas são o objeto da seção "Capitalismo e democracia".

Na seção "Padrões históricos", examino as evidências históricas que abrangem o período entre 1946 e 1999. A análise se inicia com a conhecida observação feita por Lipset de que a maioria dos países desenvolvidos tem regimes democráticos, enquanto a maioria dos países pobres sofre com a ditadura.⁴ No

² Todos os números de renda estão em dólares da paridade internacional de poder aquisitivo de 1985.

³ Przeworski, 1986.

⁴ Lipset, 1960.

entanto, como foi mostrado pela primeira vez por Przeworski e Limongi,⁵ esse padrão emerge não porque as democracias sejam mais passíveis de se estabelecerem quando os países se tornam mais desenvolvidos, mas porque, se elas se estabelecem, seja por que razão for, são mais passíveis de perdurar nos países desenvolvidos.

Finalmente, na última seção “De volta à teoria”, forneço uma interpretação desses padrões e volto para a relação entre capitalismo e democracia. Esta interpretação se baseia em um modelo, que está rapidamente esboçado no apêndice.

Capitalismo e democracia

O capitalismo liberou os produtores diretos da autoridade política dos proprietários dos meios de produção. Diferentemente do feudalismo e das várias formas de escravidão a partir das quais ele surgiu, no capitalismo os proprietários dos meios de produção não são os superiores legais daqueles a quem empregam. Como observado por Marx em algum lugar (estou citando de memória), “aquele provérbio medieval ‘nulle terre sans seigneur’ [nenhuma terra sem senhor] foi substituído por aquele outro provérbio ‘l’argent n’a pas de maître’ [o dinheiro não tem dono]”.

Na visão de Marx, essa separação entre propriedade e autoridade é necessária para que o capitalismo exista. Para serem capazes de se mudar para empresas que expandem seu estoque de capital, investindo em novas tecnologias e novos processos, os trabalhadores precisam ter mobilidade. Para que os salários se mantenham baixos, os trabalhadores precisam competir no mercado de trabalho. Assim, os trabalhadores precisam estar livres da autoridade política de seus patrões. Caso contrário, os capitalistas não poderiam investir e competir uns com os outros, e a competição é o motor do desenvolvimento do capitalismo.

Bresser toma essa observação como o “novo fato histórico” que tornou possível a democracia:

⁵ Przeworski e Limongi, 1977.

Quando a revolução capitalista está completada, temos uma economia de mercado: lucros e salários começam a existir regularmente no mercado. A partir desse momento, o Estado deixa de ser fundamental para a aquisição e destinação da riqueza. Ele continua sendo relevante, mas não mais uma condição para a existência da elite econômica. Desse modo, a nova classe capitalista pode fazer o que as classes dominantes anteriores não podiam: *tolerar a democracia*.⁶

O problema com esse raciocínio é que *poder fazer* não implica *dever fazer*, ou mesmo *que será feito*. Neste ponto, precisamos voltar para as análises políticas de Marx. Marx observou que, ao liberar os produtores imediatos da autoridade política dos proprietários dos meios de produção, o capitalismo produziu uma nova força histórica, a saber, a classe trabalhadora. Mas a classe trabalhadora constituiria uma ameaça ao capitalismo. Enquanto a classe capitalista emergente tinha apenas um inimigo, os proprietários feudais de terras, cujo controle político ela pretendia abolir, a burguesia precisava lutar, sob o lema da liberdade, contra restrições legais à propriedade. Contudo, quando a classe trabalhadora apareceu no horizonte histórico, seja em Waterloo em 1816, em Lyon em 1830, ou no Champ de Mars em Paris em 1848 – os historiadores costumam divergir sobre isso –, a liberdade se tornou uma faca de dois gumes, pois poderia ser usada pelos trabalhadores contra a propriedade privada. E, quando na França de 1848 os trabalhadores usaram pela primeira vez seus direitos políticos recentemente adquiridos, na forma de sufrágio, para apresentar uma ameaça à burguesia, os capitalistas imediatamente correram para se abrigar sob uma ditadura militar.

Mesmo sendo bem conhecido, o raciocínio de Marx merece ser reconstruído. Ele raciocinou assim: primeiro, para estabelecer um sistema social no qual o excedente seria extraído dos produtores imediatos por meio da troca voluntária, a burguesia tinha de abolir as restrições feudais à propriedade e à liberdade dos produtores imediatos. Segundo: a partir do mo-

⁶ Bresser-Pereira, 2002:11, grifo meu.

mento em que os produtores imediatos adquirissem direitos legais e políticos, eles procurariam impulsionar seus interesses materiais, organizando-se contra o regime da propriedade privada. Terceiro: assim, a burguesia viu-se em um dilema; para acumular, necessitava de mão-de-obra livre, mas, desprovida de autoridade política, não podia controlar a ameaça à sua propriedade. Quarto: a escolha feita, pelo menos pela burguesia francesa em 1851, foi abdicar de seu poder político em favor dos militares, de forma a proteger seu poder econômico.

Marx achava que essa dinâmica histórica era inevitável. Na verdade, ele concluiu que a combinação de democracia e capitalismo, a “república burguesa”, era impossível. Não poderia durar. Escrevendo em 1851, ele expressou a crença de que a democracia capitalista é “apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma de vida conservadora”.⁷ Vinte anos depois, ele ainda encarava a forma democrática das sociedades capitalistas como “apenas um estado de coisas espasmódico, excepcional (...) impossível como forma normal da sociedade”.⁸ Essa inerente instabilidade resultava, na visão de Marx, do fato de que a combinação de propriedade privada dos meios de produção com democracia política gera uma contradição:

As classes cuja escravidão social a constituição pretende perpetuar, o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia, são colocadas por ela na posse do poder político por meio do sufrágio universal. E da classe cujo antigo poder social ela sanciona, a burguesia, ela retira as garantias políticas desse poder. Ela obriga o domínio político da burguesia a aceitar as condições democráticas, o que a todo momento coloca em risco os próprios fundamentos da sociedade burguesa. A uns, pede que não avancem da emancipação política para a emancipação social; a outros, que não recuem da restauração social para a restauração política.⁹

⁷ Marx, 1934:18.

⁸ Marx, 1971:198.

⁹ Marx, 1952:62.

Marx não estava sozinho. Na verdade, a crença de que a democracia, o sufrágio universal, mas também a liberdade de formar sindicatos, devem inevitavelmente ameaçar a própria existência da propriedade privada era quase universalmente compartilhada no espectro ideológico da primeira metade do século XIX. Já James Madison observava que “as democracias sempre foram espetáculos de turbulência e discussão; sempre foram consideradas incompatíveis com a segurança pessoal ou com os direitos de propriedade”.¹⁰ O filósofo escocês James Mackintosh previu em 1818 que, se as “classes laboriosas” ganhassem liberdade, “a consequência seria uma permanente animosidade entre opinião e propriedade”.¹¹ David Ricardo estava preparado para ampliar o sufrágio apenas “para aquela parte deles (o povo) que não se presume possa ter interesse em derrubar o direito de propriedade”.¹² Em 1842, Thomas Macaulay imaginou o sufrágio universal como “o fim da propriedade e portanto de toda a civilização”.¹³ E algumas concepções modernas vão na mesma direção. No modelo do eleitor mediano, uma combinação de igualdade política (uma-pessoa-um-voto) com desigualdade econômica gera alíquotas de impostos que chegam quase a equalizar totalmente as rendas, em razão dos pesados custos da taxaço.

Marx e seus contemporâneos, porém, estavam errados. Embora a democracia não seja inevitável no capitalismo, também não é impossível. Diversos países capitalistas estabeleceram regimes democráticos duradouros e, em muitos deles, os partidos que representavam os trabalhadores ganharam as eleições e governaram durante longos períodos, sem confiscar a propriedade ou sem minar, de qualquer outra forma, a base da sociedade capitalista.

Na análise de Marx, a burguesia deve escolher o menor de dois males: encontrar algum *modus vivendi* com a classe trabalhadora, ou tornar-se dependente dos militares. Permitam-me estudar essas duas ameaças à burguesia.

¹⁰ *Federalist*, n. 10.

¹¹ Apud Collini, Winch e Burrow, 1983:98.

¹² *Ibid.*, p. 107.

¹³ Macaulay, 1900:263.

O único dissidente das visões mencionadas foi James Mill, que desafiou seus contemporâneos “a produzirem um exemplo, apenas um exemplo, da primeira página da história até a última, da população de qualquer país que tenha mostrado hostilidade para com as leis gerais da propriedade, ou manifestado o desejo de subvertê-las”.¹⁴ Embora tais exemplos tenham eventualmente ocorrido, em muitos países os trabalhadores e os capitalistas aprenderam a coexistir dentro da estrutura democrática. As organizações da classe trabalhadora aceitaram o sistema da propriedade privada e limitaram suas demandas redistributivas, de modo a permitir aos capitalistas apropriarem-se dos lucros. Essa moderação origina-se, na minha opinião, de duas restrições. Primeiro, as organizações da classe trabalhadora devem levar em conta que, ameaçando a propriedade, podem empurrar a burguesia para buscar refúgio na proteção da ditadura. Embora esta possa não ser uma ameaça dissuasiva em países pobres, onde os salários giram em torno da subsistência e os trabalhadores têm pouco a perder, ela se torna determinante em sociedades desenvolvidas, quando um movimento revolucionário fracassado traz o risco de uma significativa deterioração das condições materiais dos trabalhadores (ver adiante). Para usar a linguagem clássica, a classe trabalhadora se torna desradicalizada quando se aburguesa. Em segundo lugar, a partir do momento em que os trabalhadores aceitam a existência da propriedade privada dos meios de produção, seu consumo e emprego futuros dependem do investimento feito pelos capitalistas, que, por sua vez, dependem da taxa de lucros e, novamente por sua vez, dos níveis dos salários e dos impostos. Preocupados com seu bem-estar material futuro, os trabalhadores precisam restringir suas demandas, de modo a induzir os capitalistas a investirem.¹⁵ No final, enquanto os capitalistas compartilham com os trabalhadores os frutos do desenvolvimento, mesmo quando os trabalhadores gozam de plenos direitos políticos e trabalhistas, eles não ameaçam o capitalismo nos países desenvolvidos.

¹⁴ Apud Collini, Winch e Burrow, 1983:104.

¹⁵ Este argumento, “compromisso de classe”, foi desenvolvido em Przeworski (1986).

A segunda ameaça vem dos militares. Como Marx observou, quando a burguesia busca refúgio no poder militar, ela se condena ao ostracismo político; ela se torna indefesa. Nada garante que os militares governariam no interesse da burguesia: eles podem fazer isso e em muitos países o fizeram, mas podem não fazer. Como observaram Bresser e Cardoso,¹⁶ vários setores da burguesia brasileira se sentiram ameaçados pela ambição estatista dos militares e começaram a encarar a democracia de modo muito mais favorável do que haviam feito em 1964. Não estou dizendo que os militares são onipotentes: a menos que decidam confiscar a propriedade, eles também dependem de decisões de investimento da burguesia e precisam equilibrar seu consumo presente e futuro. Desejo apenas ressaltar que os militares podem representar uma ameaça à burguesia, tanto quanto os trabalhadores organizados.

Como a burguesia está presa entre dois males, a democracia é um resultado contingente de conflitos entre vários grupos organizados. Não é nem inevitável nem impossível.

Padrões históricos

Contingência não é o mesmo que indeterminação: não implica que não possamos identificar os padrões históricos pelos quais o capitalismo e a democracia se desenvolveram conjuntamente. Significa apenas que a combinação de capitalismo e democracia depende das condições históricas específicas de cada país e de cada período. Nos parágrafos a seguir, procuro tais condições, usando informações acerca de 199 países que existiram a qualquer tempo entre 1946 e 1999.

Antes de entrarmos em considerações teoricamente motivadas, precisamos compreender a mecânica dos processos que geram a democracia. A associação feita por Bresser entre revoluções capitalistas completadas e regimes democráticos acompanha a observação de Lipset de que a maioria

¹⁶ Bresser-Pereira, 1978; Cardoso, 1986.

dos países desenvolvidos é democrática, enquanto a maioria dos países pobres tem ditaduras de diferentes tipos.¹⁷ Tudo isso é obviamente verdade. Entretanto, para compreender por que é assim, precisamos indagar separadamente por que as democracias surgem e por que sobrevivem, uma vez estabelecidas. Pode ser que, como diria a teoria da modernização, as democracias sejam mais passíveis de surgir se os países forem mais desenvolvidos. Mas pode ser também que as democracias surjam independentemente do nível de desenvolvimento, porém, se surgirem por alguma outra razão, elas sejam mais passíveis de sobreviver nos países mais desenvolvidos. Qualquer um desses caminhos gerará a associação observada entre a densidade de democracia e o nível de desenvolvimento, mas os mecanismos que a engendram são historicamente distintos e possuem determinantes diferentes.

Acontece que a hipótese de Lipset, segundo a qual “quanto mais rica uma nação, maiores as chances de que ela sustente a democracia”, é verdadeira, enquanto é falsa a tese, também freqüentemente atribuída a Lipset, de que “se outros países se tornam tão ricos quanto as nações economicamente avançadas, é altamente provável que eles se tornem democracias políticas” (esta é a paráfrase de O'Donnell).¹⁸

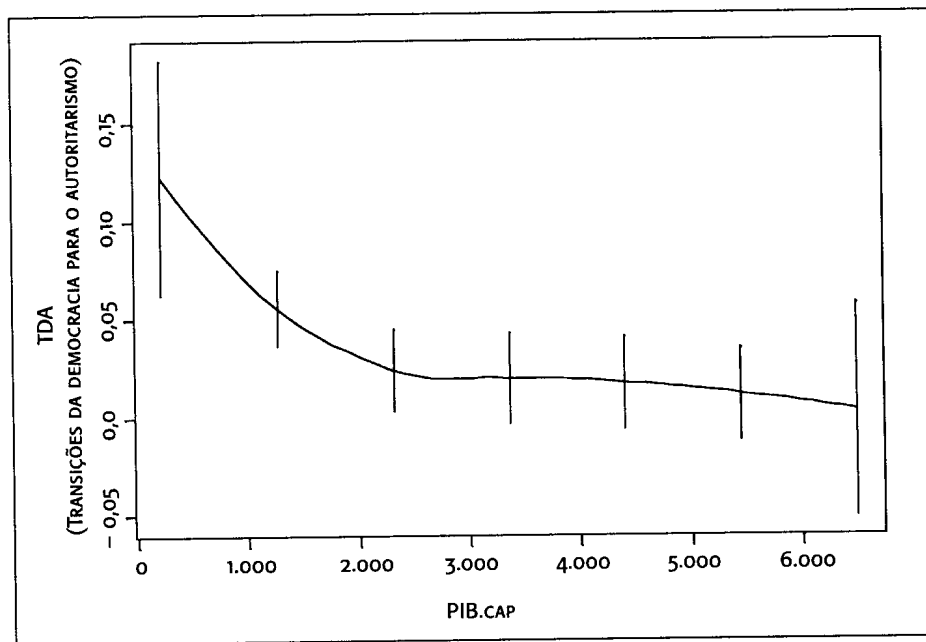
Na verdade, como já observado por Przeworski e Limongi,¹⁹ nunca houve queda da democracia em países mais ricos do que a Argentina em 1976, US\$6.055. Este é um fato surpreendente, tendo em vista que, em toda a história, cerca de 70 democracias ruíram nos países mais pobres. Em contraste, 35 democracias passaram cerca de mil anos em condições mais desenvolvidas e nenhuma delas pereceu. As democracias desenvolvidas sobreviveram a guerras, protestos violentos, escândalos, crises econômicas e governamentais, chuvas e trovoadas.

¹⁷ Lipset, 1960.

¹⁸ O'Donnell, 1973:3.

¹⁹ Przeworski e Limongi, 1997.

FIGURA 1
TRANSIÇÕES PARA A DITADURA, DADA A RENDA *PER CAPITA*



Como mostra a figura 1, a probabilidade de que a democracia sobreviva cai abrupta e monotonicamente de acordo com a renda *per capita* (as barras verticais são erros-padrão locais). Entre 1950 e 1999, a probabilidade de que uma democracia morresse, durante qualquer ano em particular, em países com renda *per capita* abaixo de US\$1.000 era de 0,089, o que implica que sua expectativa de vida era de cerca de 11 anos. Entre US\$1.001 e US\$3.000, essa probabilidade era de 0,0366, para uma duração esperada de cerca de 27 anos. Entre US\$3.001 e US\$6.055, a probabilidade era de 0,0164, que se traduz em cerca de 61 anos de expectativa de vida. E já sabemos o que acontece acima de US\$6.055: a democracia dura para sempre.

Esta observação é confirmada pela análise estatística, que mostra que o aumento da renda *per capita* aumenta enormemente a probabilidade de sobrevivência da democracia (ver coluna 1 da tabela). Além disso, deve-se observar, na coluna 2 dessa tabela, que a dependência da durabilidade da democracia sobre a renda se mantém quando levamos em conta o históri-

co de regimes políticos de um país específico (STRA, sobre o que falaremos adiante).

PROBABILIDADES DA TRANSIÇÃO COMO FUNÇÃO DA RENDA *PER CAPITA*
(ESTIMATIVAS PROBIT)

TRANSIÇÕES PARA A DITADURA		
PARÂMETRO	1	2
□ N (TAMANHO DA AMOSTRA)	2.423	2.423
□ CONSTANTE	-1,31* (0,12)	-1,3566* (0,1237)
□ PIB/CAP	-0,2262* (0,0426)	-0,2672* (0,0516)
□ STRA		0,2280* (0,0755)
□ LOGL	-198,21	-193,98
TRANSIÇÕES PARA A DEMOCRACIA		
PARÂMETRO	1	2
□ N (TAMANHO DA AMOSTRA)	3.023	3.023
□ CONSTANTE	-2,08* (0,07)	-2,20* (0,08)
□ PIB/CAP	0,0572** (0,0233)	0,0306 (0,0256)
□ STRA		0,3375* (0,0506)
□ LOGL	-352,27	-332,74

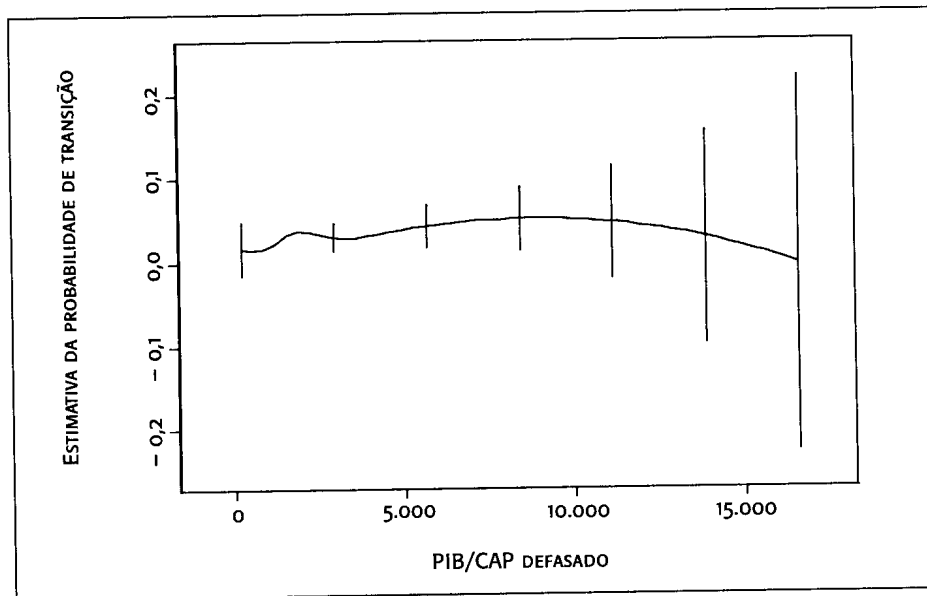
OBS.: TODAS AS VARIÁVEIS ESTÃO DEFASADAS UM ANO. * ESTATISTICAMENTE MUITO SIGNIFICANTE; ** ESTATISTICAMENTE SIGNIFICANTE

Por outro lado, a relação entre desenvolvimento econômico e transições para a democracia é mais complicada e controvertida. Przeworski e Limongi afirmaram, com base em dados de 1950-90, que as transições para a democracia ocorrem independentemente do nível de desenvolvimento, conforme medido pela renda *per capita*. Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi sustentaram a mesma tese, embora eles também tenham encontrado indícios de que a probabilidade de transição do autoritarismo para a democracia primeiro aumenta e depois diminui, de acordo com a renda *per*

capita.²⁰ No entanto, tais conclusões são contestadas por Boix e Stokes, assim como por Epstein e colaboradores.²¹

Vejam aqui algumas evidências. Examinemos primeiro a figura 2, que mostra a probabilidade de transições para a democracia como função da renda *per capita*. Como se pode ver, esta probabilidade aumenta ligeiramente até um ponto e depois declina. Mas, como são poucas as observações de ditaduras ricas, os erros-padrão são grandes.

FIGURA 2
TRANSIÇÕES PARA A DEMOCRACIA, DADA A RENDA *PER CAPITA*



A tabela fornece mais informações. Observe-se, na coluna 1, que o coeficiente de renda *per capita* é positivo e significativo, mesmo se pequeno. Observe-se, porém, na coluna 2, que esse coeficiente se torna indistinguível de zero quando levamos em conta o histórico de regimes. STRA é uma va-

²⁰ Przeworski, et. al., 2000.

²¹ Boix e Stokes, 2002; Epstein et al., 2003.

riável que conta quantos episódios completos de democracia (portanto, também transições para a ditadura) um país experimentou até o presente ano. Eis aqui uma história que explica tais padrões.²²

As ditaduras que surgem em países relativamente mais desenvolvidos têm vida mais curta. A razão não está necessariamente em que elas têm mais dificuldade de se consolidar quando os países são mais desenvolvidos: acontece que, quando as ditaduras emergem em países mais desenvolvidos, elas herdam um passado mais instável e a instabilidade passada alimenta a instabilidade atual. Assim, a primeira parte da história é que as ditaduras estabelecidas em níveis de renda mais altos herdam mais instabilidade, a instabilidade passada as torna mais vulneráveis e, como resultado, sua vida é mais breve. Em segundo lugar, condicionado à renda inicial, o desenvolvimento sob a ditadura não prejudica a estabilidade de tais regimes. Este achado desafia a teoria da modernização: se as transições para a democracia são mais prováveis em níveis maiores de desenvolvimento, então se deveria observar que, pelo menos se uma ditadura surgiu em um nível de renda alto, as ditaduras que aumentaram mais a renda deveriam ser mais passíveis de morrer. Quando muito, apenas o oposto é verdade. Assim, mesmo se as ditaduras que estão estabelecidas em níveis maiores de renda são menos estáveis, o desenvolvimento as consolida.

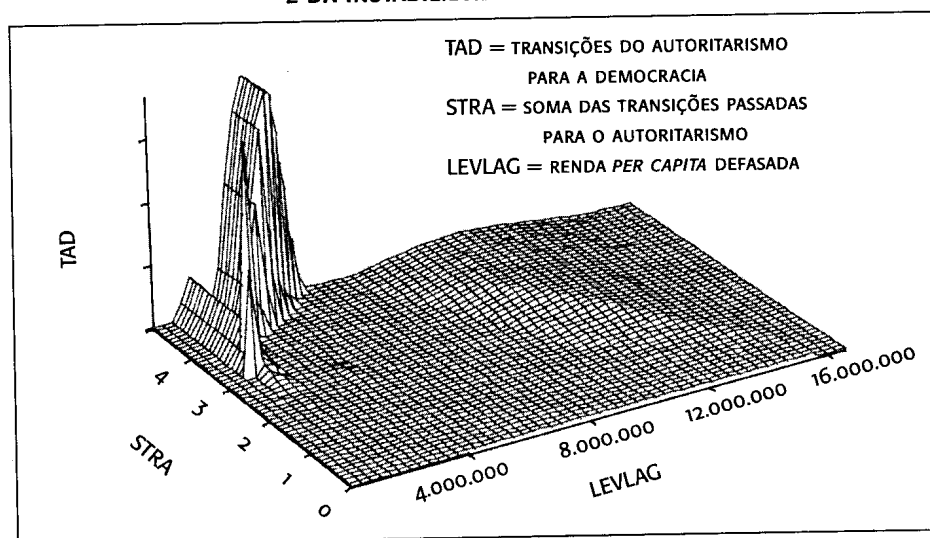
No final, o único padrão sistemático de transições para a democracia refere-se a um punhado de ditaduras que herdaram uma boa dose de instabilidade, foram dirigidas pelos militares (com exceção do Peru, sob Fujimori) e surgiram em níveis relativamente altos de renda (com exceção do Sudão). Essas ditaduras militares chegaram ao poder para frustrar a ameaça de mobilização popular²³ e, mesmo que cada regime tenha experimentado tensões internas entre aqueles que queriam fundar uma ordem autoritária permanente e aqueles que queriam apenas restaurar a ordem capitalista preexistente, estes últimos acabaram dominando, muitas vezes com o apoio

²² Para as evidências em que se baseia esta história, ver Przeworski (2003).

²³ O'Donnell, 1973.

das respectivas burguesias. Nenhum desses regimes gerou muito desenvolvimento e todos eles pereceram em níveis de renda bem abaixo dos de algumas ditaduras civis. Na verdade, a maior renda jamais alcançada por uma ditadura liderada por um militar foi de US\$7.294 (Espanha, sob Franco, em 1974), enquanto seis ditaduras civis sobreviveram um total de 37 anos com rendas maiores (vários anos em Cingapura, Taiwan, Alemanha Oriental e União Soviética, além de um único ano no Iraque e na Malásia). A montanha na figura 3 se compõe desses regimes militares com alto nível de renda e um passado instável, enquanto a pequena elevação nos níveis mais baixos de renda reflete o Sudão.²⁴ O restante da superfície é quase plano, mesmo estando dividido por uma ondulação que se estende diagonalmente a partir da renda média com alta instabilidade até a alta renda sem qualquer instabilidade no passado.

FIGURA 3
TRANSIÇÕES PARA A DEMOCRACIA COMO FUNÇÃO DA RENDA
E DA INSTABILIDADE DO PASSADO



²⁴ São eles, em níveis crescentes de renda: Turquia (ano de = 1980, STRA = 1), Grécia (1967, 2), Chile (1973, 2), Tailândia (1991, 2), Suriname (1980, 1), Uruguai (1973, 1) e Argentina (1955, 2; 1962, 3; 1966, 4; 1976, 5).

Esta é, portanto, a história. Vamos deixar que a democracia seja definida por duas características: primeira, o governo não é formalmente responsável perante algum poder não eleito (a Coroa, a Câmara dos Lordes até 1911, os militares, o Conselho da Fé, um governo estrangeiro); segunda, o governo vigente pode ser derrotado de acordo com as mesmas regras sob as quais foi eleito. Esta definição tem como resultado a datação das democracias encontrada em Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi²⁵ e estendida aqui até 1999. Vamos supor que devêssemos começar em 1750, quando não havia democracias segundo esta definição. Os historiadores econômicos contam que, na época, todos os países tinham rendas relativamente baixas e havia relativamente pouca dispersão de renda entre os países. Alguns países cresceram; outros estagnaram. Eventos aleatórios – aqueles que não observamos sistematicamente, pelo menos aqui – geraram algumas democracias. Quando os dados caíram em países que já possuíam maior renda, a democracia era mais passível de perdurar. Quando eles escolheram países com rendas ainda baixas, a democracia era passível de queda e o país acumulava uma transição. A instabilidade do regime no passado tornou ambos os regimes menos estáveis, de tal forma que os países se tornaram heterogêneos. Aqueles com alta instabilidade no passado foram dominados pelos militares, que não permaneceram por muito tempo. Em países politicamente mais estáveis, as ditaduras civis perduraram. Assim, após um longo tempo, observamos algumas ditaduras estáveis em países desenvolvidos. Se elas acabam perecendo, isso se deve a acasos independentes da renda. Enquanto isso, novos países apareceram, tipicamente com rendas muito baixas. Tenham eles nascido como ditaduras ou como democracias, eram passíveis de queda: a democracia é frágil em países pobres. Alguns deles cresceram, e seu padrão foi o mesmo dos países antigos. A maior parte deles estagnou e era provável que continuassem autoritários.

A conclusão mais importante dessa história é que a razão pela qual observamos a associação entre desenvolvimento e democracia é que a de-

²⁵ Przeworski, et. al., 2000, tabela 2.8.

mocracia é um estado absorvente nas sociedades desenvolvidas, e não porque os países sejam mais passíveis de se tornarem democráticos quando são mais desenvolvidos.

De volta à teoria

Por que seria verdade que as transições para a democracia ocorrem independentemente do desenvolvimento, enquanto a democracia é mais estável nos países mais desenvolvidos? Estou certo de que a explicação que estou oferecendo não é apenas uma explicação plausível, mas não é fácil interpretar tais padrões teoricamente; assim, é difícil construir explicações alternativas. Em primeiro lugar, vou resumir o argumento verbalmente e, depois, para o leitor inclinado à matemática, vou apresentar os rudimentos de um modelo no qual se baseia este argumento.

À luz da análise de Marx, a burguesia enfrenta duas ameaças. Na democracia, a ameaça é que os trabalhadores usariam seu direito de organização para impulsionar os salários acima do nível competitivo e que os pobres, como cidadãos, votariam para redistribuir as rendas obtidas no mercado. Na ditadura, a ameaça é que a burguesia não poderia defender-se da extorsão pelos ditadores.

Vamos supor que o *status quo* seja a ditadura. A burguesia não é taxada para redistribuir rendas aos pobres, mas, de uma forma ou de outra, paga rendimentos aos militares. Os capitalistas preferem permanecer sob a tutela dos militares se os rendimentos que precisam sacrificar forem inferiores aos custos de redistribuição esperados na democracia. Esta preferência acaba sendo independente da renda: tudo o que interessa são *parcelas* da renda que os capitalistas perdem nos dois estados alternativos do mundo. As transições ocorrem se, por alguma razão, os capitalistas acreditarem que não seriam muito taxados na democracia, o que será verdade se a distribuição da renda for relativamente igualitária, ou se os militares se tornarem extorsionários. Mas, novamente, elas ocorrem independentemente do nível de desenvolvimento.

Suponhamos agora que tenha realmente ocorrido uma transição e que o *status quo* seja a democracia. Vamos assumir que a burguesia acha que estaria melhor na ditadura. Entretanto, se ela for em direção à ditadura, poderá ser derrotada e poderá terminar conseguindo menos renda do que na democracia. Os militares poderão ou não apoiá-la; poderão ser pró-capital, mas poderão também ser nacionalistas, populistas ou simplesmente corporativos. Para simplificar – este não é um pressuposto importante –, vamos assumir que, se a burguesia for derrotada, as rendas do capital (mas não do trabalho) se tornem completamente equalizadas, digamos, em razão da propriedade pública das empresas. Agora, precisamos ainda assumir – e aviso que este pressuposto é fundamental – que, se os capitalistas forem derrotados, irão usufruir menos de sua renda do que se detivessem os meios de produção e vivessem da renda do capital. Este pressuposto pode ser racionalizado assumindo-se que, quando os bens de capital são igualmente distribuídos, os antigos capitalistas precisam trabalhar para viver – um dono de fábrica se torna um engenheiro em sua antiga fábrica – e exercer trabalho gera desutilidade.

De acordo com tais hipóteses, à medida que a renda aumenta, os riscos da burguesia em voltar-se contra a democracia tornam-se maiores; por “riscos”, eu entendo a diferença entre sua utilidade na democracia e quando falha sua tentativa de subvertê-la. A burguesia tem muito a perder nos países desenvolvidos para se tornar aventureira. Assim, à medida que a renda *per capita* aumenta, os capitalistas ficam dispostos a tolerar um grau maior de redistribuição. E o mesmo argumento vale para os trabalhadores, a saber, à medida que a renda *per capita* aumenta, eles ficam dispostos a tolerar um grau menor de redistribuição. Como resultado, as democracias sobrevivem nos países mais desenvolvidos, e não nos menos desenvolvidos.

Entendo que este não é um argumento simples e podem-se questionar os pressupostos sobre os quais ele se fundamenta. Para garantir ao leitor que ele é logicamente consistente, esboço no apêndice os rudimentos do modelo no qual o argumento se baseia.²⁶ Mas, independentemente do fato de esta

²⁶ Para comprovação, ver Przeworski (no prelo) e Benhabib e Przeworski (2004).

explicação específica dos padrões históricos observados ser ou não válida, espero ter demonstrado que a relação entre capitalismo e democracia é altamente contingente. A democracia é um resultado contingente de conflitos, não uma conseqüência necessária do desenvolvimento capitalista.

Referências bibliográficas

BENHABIB, Jess; PRZEWORSKI, Adam. *The political economy of redistribution under democracy*. Department of Economics and Department of Politics, New York University, 2004. ms.

BOIX, Charles; STOKES, Susan. *Endogenous democratization*. Department of Political Science, University of Chicago, 2002. ms.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. Why did democracy became the preferred form of government only in the twentieth century? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 3. *Anais...* Niterói, 29-31 jul. 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrepreneurs in the transition process: the Brazilian case. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (Eds.). *Transitions from authoritarian rule: Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

COLLINNI, Stefan; WINCH, Donald; BURROW, John. *That noble science of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

EPSTEIN, David L. et. al. Democratic transitions. In: MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 2003, Chicago. *Proceedings...* Chicago, 2003.

LIPSET, Seymour M. *Political man*. Garden City, New York: Doubleday, 1960.

MACAULAY, Thomas B. *Complete writings*. Boston/New York: Houghton Mifflin, 1900. v. 17.

MARX, Karl. *The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Moscow: Progress, 1934.

_____. *The class struggle in France, 1848 to 1850*. Moscow: Progress, 1952.

_____. *Capital*. New York: International, 1967. v. III.

_____. *Writings on the Paris Commune*. New York: International, 1971.

O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1973.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and social democracy*. New York: Cambridge University Press, 1986.

_____. *Economic development and transitions to democracy*. ms. Department of Politics, New York University, 2003.

_____. Democracy as an equilibrium. *Public Choice*. No prelo.

_____; LIMONGI, Fernando. Modernization: theories and facts. *World Politics*, v. 49, 1997.

_____; et. al. *Democracy and development*. New York: Cambridge University Press, 2000.

Apêndice

O modelo

Vamos assumir que a população de uma massa está dividida em três categorias de renda: pobres, médios e ricos. A renda *per capita* é $y \geq 1$, e cada um dos ricos homogêneos tem uma renda $\alpha_R y$, onde $\alpha_R > 1$, de tal forma que as rendas dos ricos são maiores do que as dos médios. Na democracia, o eleitor mediano, que tem uma renda média (que não precisa ser muito maior do que a renda dos pobres), decide a que alíquota, τ , devem ser taxadas as rendas. Como é padrão em tais modelos, a receita dos impostos é distribuída igualmente para todos, de tal forma que aqueles com rendas acima da média perdem e aqueles com rendas abaixo ganham com as redistribuições.

Redistribuir rendas é caro, e o custo-sombra (*shadow cost*) dos fundos públicos é λ . Assim, a renda dos ricos pós-redistribuição na democracia será

$$[(1 - \tau)\alpha_R + \tau(1 - \lambda\tau)]y = [\alpha_R - \tau(\alpha_R - 1 + \lambda\tau)]y \quad (1)$$

onde $t(\alpha_R - 1 + \lambda\tau)$ é a parcela da renda média que é tirada de cada pessoa rica através do mecanismo democrático. Pode ser mostrado que, para qualquer $\lambda > 0$, $\alpha_R - \tau(\alpha_R - 1 + \lambda\tau) > 1$.

Na ditadura favorável aos ricos, suas rendas não são redistribuídas para os pobres e para as classes médias, mas uma parte delas, uma parcela r , é extorquida pelos militares. Assim, cada rico fica com

$$(\alpha_R - r)y \quad (2)$$

Para simplificar, a utilidade de consumo (como este é um modelo estático, todas as rendas são consumidas) é

$$U(c) = \mu \log c \quad (3)$$

onde, por enquanto, vamos assumir que $\mu = 1$.

Vamos supor que o *status quo* seja a ditadura. A burguesia prefere continuar na ditadura se

$$\log(\alpha_R - r)y > \log[\alpha_R - \tau(\alpha_R - 1 + \lambda\tau)]y \quad (4)$$

Como se pode ver, a renda, y , desaparece desta comparação e, quando reescrita, a condição se torna

$$r < \tau(\alpha_R - 1 + \lambda\tau) \quad (5)$$

Se os militares estiverem satisfeitos com rendimentos baixos, se a democracia gerar impostos elevados, se a distribuição de renda for desigual (α_R é alto), ou se as pesadas perdas da redistribuição, λ , forem altas, os capitalistas preferirão continuar na ditadura. Se os militares se tornarem extorsionários ou se os capitalistas acharem que não vão ser muito taxados, eles preferirão a democracia. Assim, se esses parâmetros mudarem, poderá ocorrer uma transição. Mas a renda não desempenha nenhum papel.

Agora, vamos supor que o *status quo* seja a democracia e que (4) se mantenha: os capitalistas acham que se sairiam melhor se pudessem estabelecer uma ditadura. Mas se tentarem provocar os militares para agir em seu nome, eles poderão perder. Vamos dizer que a probabilidade de os militares apoiarem a burguesia seja q e a probabilidade de que eles se voltem contra ela seja $1 - q$. Vamos supor que, se o golpe fracassar, os capitalistas recebam uma renda inferior à que receberiam na democracia (assumo que seja a renda média, mas o argumento se sustenta desde que sua renda seja inferior à que seria na democracia) e sofram desutilidade $\mu < 1$. Então, eles preferirão se voltar contra a democracia se

$$\log[\alpha_r - \tau(\alpha_r - 1 + \lambda\tau)]y < q \log(\alpha_r - r)y + (1 - q)\mu \log y \quad (6)$$

Reescrever esta condição resulta em

$$\log[\alpha_r - \tau(\alpha_r - 1 + \lambda\tau)] - q \log(\alpha_r - r) < (1 - q)(\mu - 1) \log y \quad (7)$$

Agora, observem que o lado esquerdo dessa equação é constante, enquanto o lado direito declina à medida que a renda aumenta (porque $\mu - 1 < 0$). Assim, se o lado esquerdo dessa condição for positivo, o que acontecerá se os capitalistas não puderem contar com o apoio dos militares, eles nunca se voltarão contra a democracia. Se q for suficientemente alta, especificamente, $q > \log[\alpha_r - \tau(\alpha_r - 1 + \lambda\tau)] / \log(\alpha_r - r)$, o lado esquerdo será negativo, e a burguesia se volta contra a democracia quando a renda é baixa, mas não quando é alta.